Epistemicídio da pessoa negra em acervos arquivísticos: um estudo do Arquivo Municipal de Santo Amaro / BA

Rebeca Jesus da Conceição
Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil
https://orcid.org/0009-0003-7649-1651
ritajesus0808@gmail.com

Ana Claudia Medeiros de Sousa
Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, Brasil
https://orcid.org/0000-0002-5478-1813
ana.violista@gmail.com

Maíra Salles de Souza
Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil
https://orcid.org/0000-0003-4151-7690
maira.salles@ufba.br

Resumo Este estudo tem como objetivo refletir sobre o arquivo frente ao epistemicídio da pessoa negra, a partir de documentos custodiados no Arquivo Municipal de Santo Amaro/BA que demonstram sua relação com as lembranças de moradores do Quilombo de Acupe. Se caracteriza como pesquisa descritiva e documental, com o uso do método de estudo de caso. Os dados foram coletados a partir da análise documental e do uso de entrevistas, com os dados interpretados à luz da abordagem qualitativa. Quanto aos resultados, a pesquisa identificou a escassez de documentos arquivísticos relacionados à Acupe no Arquivo Municipal de Santo Amaro, com apenas três livros e quatro cartas de alforria de pessoas que foram escravizadas. Ao analisar os documentos custodiados no Arquivo, a partir da concepção de epistemicídio, e confrontá-los às lembranças de moradores, evidencia-se um silenciamento sobre a população quilombola, posto que o Arquivo poderia custodiar diversificados gêneros documentais provenientes do território de Acupe, tais como textuais, iconográficos, musicográficos, entre outros itens que registram saberes produzidos no contexto do Quilombo. Conclui-se que o Arquivo investigado não tem fundos arquivísticos ou conjuntos documentais que se referem ao Quilombo de Acupe e nem tem desenvolvido ações que promovam processos de aquilombamento e difusão de saberes, da história e da cultura desse território, ou seja, tem colaborado para o epistemicídio dos saberes da população negra.

Palavras-chave Arquivo. Memória. Epistemicídio. Território quilombola. Quilombo de Acupe - Santo Amaro da Purificação - Bahia.

Epistemicide of Black people in archival collections: a study of the Arquivo Municipal de Santo Amaro / BA

Abstract This study aims to reflect on the role of archives in the context of the epistemicide of Black people, based on documents held in the Arquivo Municipal de Santo Amaro/BA that demonstrate their relationship with the memories of the residents of the Quilombo de Acupe. It is characterized as descriptive and documentary research, using the case study method. Data were collected through document analysis, and interviews, with the data interpreted using a qualitative approach. Regarding the results, the research identified a scarcity of archival documents related to Acupe in the Municipal Archive of Santo Amaro, with only three books and four manumission letters for formerly enslaved people. By analyzing the documents held in the Archive from the perspective of epistemicide and comparing them to the memories of residents, is evidenced a silencing of the Quilombola population, given that the archive could hold diverse documentary genres originating from the Acupe territory, such as textual, iconographic, musicographic, and other items that record knowledge produced within the Quilombo context. It is concluded that investigated archive does not have archival funds or documentary collections identified that refer to Acupe, nor has it developed actions that promote processes of quilombo formation and dissemination of knowledge, history, and culture of Acupe; in other words, it has contributed to the epistemicide of the knowledge of the black population.

Keywords Archive. Memory. Epistemicide. Quilombola territory. Quilombo de Acupe - Santo Amaro da Purificação - Bahia.

Epistemicidio de personas negras en colecciones de archivo: un estudio del Arquivo Municipal de Santo Amaro / BA

Resumen Este estudio busca reflexionar sobre el rol de los archivos en el epistemicidio de la población negra, a partir de documentos del Arquivo Municipal de Santo Amaro/BA que demuestran su conexión con la memoria de los habitantes del Quilombo de Acupe. Se caracteriza por ser una investigación descriptiva y documental, utilizando el método de estudio de caso. Los datos se recolectaron mediante análisis documental y entrevistas, interpretándose mediante un enfoque cualitativo. En cuanto a los resultados, la investigación identificó una escasez de documentos relacionados con Acupe en el Arquivo Municipal de Santo Amaro, con solo tres libros y cuatro cartas de manumisión de personas anteriormente esclavizadas. El análisis de los documentos del Archivo, desde la perspectiva del epistemicidio, y su comparación con la memoria de los habitantes, revela un silenciamiento de la población quilombola. Esto se debe a que el Archivo podría contener diversos géneros documentales originarios del territorio de Acupe, como materiales textuales, iconográficos y musicográficos, entre otros que registran el conocimiento producido dentro del contexto quilombola. Se concluye que el Archivo investigado no posee fondos ni colecciones documentales que hagan referencia al Quilombo de Acupe, ni ha desarrollado acciones que promuevan los procesos de formación del quilombo y la difusión del conocimiento, la historia y la cultura de este territorio; en otras palabras, ha contribuido al epistemicidio del conocimiento de población negra.

Palabras clave Archivo. Memoria. Epistemicidio. Territorio quilombola. Quilombo de Acupe - Santo Amaro da Purificação - Bahia.

Licença de Atribuição BY do Creative Commons
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

Submetido em 08/05/2026
Aprovado em 17/06/2026
Publicado em 21/09/2026

1 INTRODUÇÃO

O arquivo não deve ser entendido apenas como um espaço destinado à guarda e conservação de documentos, mas, sobretudo, como um lugar de memória, de produção de sentidos históricos e de difusão dos conhecimentos e das práticas sociais provenientes dos diferentes povos formadores da sociedade. Segundo Le Goff (1990), o documento é, antes de tudo, uma construção carregada de intencionalidades e silenciamentos, que exige leitura crítica e contextualizada. Esse entendimento demanda da pessoa arquivista um senso crítico que vislumbre o acesso democrático e equitativo aos documentos que transparecem as histórias dos diferentes grupos que formam a sociedade brasileira e, com isso, as gerações atuais compreendam o passado e reflitam sobre o presente.

No âmbito do Recôncavo Baiano, região marcada pela intensa presença africana e pelo sistema escravagista brasileiro, a preservação documental assume um papel ainda mais significativo, sobretudo diante da centralidade histórica das comunidades quilombolas (Alves, 2016). O Quilombo Acupe, território de interesse desta pesquisa, fica localizado em Santo Amaro da Purificação / BA e constitui-se como um espaço de resistência e de continuidade cultural, cuja trajetória se entrelaça com as práticas pesqueiras, religiosas e festivas que caracterizam a memória coletiva de sua população.

Entretanto, a constituição da memória é atravessada por diferentes aspectos que permeiam as práticas sociais e não se dá de forma espontânea, por isso, esta pesquisa adentra o Arquivo Municipal de Santo Amaro, em busca de vestígios capazes de sustentar o processo de reconhecimento e valorização histórica do quilombo. Assim, investigar os arquivos em territórios como o Recôncavo Baiano significa, ao mesmo tempo, compreender os processos de constituição dos acervos quilombolas e refletir sobre a importância dessas instituições arquivísticas como ambientes capazes de elucidar as consequências do processo colonizador brasileiro.

Diante do exposto, esta pesquisa busca responder a seguinte pergunta norteadora: em que medida a colonialidade atravessa o arquivo público municipais? Para tanto, a pesquisa teve como objetivo refletir sobre o arquivo frente ao epistemicídio da pessoa negra, a partir de documentos custodiados no Arquivo Municipal de Santo Amaro/BA que demonstram sua relação com as lembranças de moradores. A pesquisa se caracteriza como descritiva e documental, com o uso do método de estudo de caso, e adota a abordagem qualitativa na análise dos dados, interpretados à luz do aporte teórico adotado neste estudo.

Ribeiro (2019, p. 24) defende que "O privilégio social resulta no privilégio epistêmico, que deve ser confrontado para que a história não seja contada apenas pelo ponto de vista do poder". Em acordo com esse pensamento, a motivação de investigar documentos que são referentes ao Quilombo Acupe nasce do fato de uma das autoras desta pesquisa ser nascida e criada na referida comunidade, filha de pescador e marisqueira, que carrega em sua trajetória as marcas da vida cotidiana do quilombo e das tradições que moldam a identidade cultural deste território. Essa vivência despertou não apenas o orgulho de pertencer a uma comunidade historicamente resistente, mas também o desejo de compreender de que forma a memória e a identidade de Acupe estão registradas nos arquivos oficiais, em especial no Arquivo Municipal de Santo Amaro.

2 2 ARQUIVO, MEMÓRIA E EPISTEMICÍDIO

Os arquivos foram instituídos desde a Antiguidade Clássica como local de guarda e custódia, responsável por preservar em longo prazo documentos com valor probatório/ testemunhal, patrimonial e histórico. Como lembra Nora (1993), os arquivos funcionam como "lugares de memória", isto é, espaços materiais que, diante do enfraquecimento das memórias, assumem a função de guardar e transmitir símbolos identitários. Esta pesquisa se interessa especificamente pelos arquivos que possuem acervos carregados de vestígios históricos, culturais e identitários da população negra, arquivos constituídos por documentos que já cumpriram suas funções administrativas e, por isso, são considerados de "valor permanente" (Bellotto, 1991).

Os arquivos permanentes não apenas preservam documentos e informações produzidas ao longo do tempo, mas também possibilitam a evocação da memória e o fortalecimento da identidade individual e/ou coletiva de seus produtores. Em se tratando de grupos invisibilizados na realidade brasileira, esses arquivos ganham ainda mais relevância, por desenvolver ações que visem o rompimento do silenciamento desses grupos e, ainda mais, o reconhecimento dos traços culturais e feitos históricos dos diferentes povos formadores da sociedade, pois "[...] a história das ciências e das sociedades é rica em exemplos de esquecimento, seja em sua vertente segregadora do outro, nas inúmeras formas de silêncio, repressão e exclusão, ou mesmo nas representações míticas que integram o universo mais amplo das práticas sociais" (Thiesen, 2013, p. 33).

Esse pensamento reitera a necessidade das instituições arquivísticas e seus profissionais considerarem documentações provenientes dos diferentes grupos que integram sua comunidade usuária, a fim de confrontar os processos de silenciamentos, sobretudo em se tratando de arquivos municipais nos interiores do Brasil, logo que Marteleto (2002, p. 103) compreende os arquivos

como "[...] instrumentos em ação para impor uma ordem, uma disciplina ou uma representação do poder, do outro ou de si próprio, por meio de mensagens, imagens, dados, informações que circulam no mercado de bens simbólicos ou culturais." Com base nisso, é válido refletir, no âmbito dos Cursos de Arquivologia, em que medida a diversificada sociedade brasileira se reconhece nos acervos públicos de sua cidade e/ou estado.

De acordo com Cook (2011, p. 174), "[...] somos aquilo que guardamos; guardamos aquilo que somos", destacando que os sujeitos produzem registros que revelam suas atuações e relações no mundo. Mas, é importante problematizar quais documentos têm sido preservados e se de fato os arquivos, sobretudo os públicos, têm salvaguardado e difundido as documentações que rompem com a dinâmica do poder hegemônico, inclusive com a que rege o Estado. Thiesen (2013, p. 206), ao discutir sobre memória institucional afirma que "[...] o uso que é feito do esquecimento, em termos institucionais, nem sempre pode ser considerado inocente, pois serve a determinados interesses (que são políticos) no jogo do poder, do discurso e do imaginário".

Os documentos arquivísticos carregam consigo valores que transcendem a simples função administrativa ao evidenciar provas autênticas das práticas sociais, políticas e culturais de seu tempo. Essa perspectiva mostra que os arquivos não são apenas instrumentos burocráticos, mas também registros da história e da experiência humana. Dessa forma, os arquivos são ambientes informacionais indispensáveis para compreender processos históricos e sociais.

Ao assegurar a transparência, proteger direitos e valorizar a memória, os arquivos contribuem de maneira significativa para o alcance da equidade social da população que forma sua comunidade usuária. Conforme defendem Varela e Barbosa (2013, p. 347), as instituições arquivísticas "[...] são aparelhos educativo-didáticos, estimuladores do desenvolvimento do intelecto, difusores do conhecimento e do saber científico, cultural e popular e formadores de mentalidades, transcendendo à educação formal". Para tanto, é necessário o arquivo:

> [...] interagir com a sociedade, fazê-la perceber que aquele manancial de conhecimento lhe pertence e testemunha sua história e lhe direciona para o futuro, na medida em que valoriza os acontecimentos que marcaram trajetória de sua gente, seus costumes, enfim, seu modo de vida (Varela; Barbosa, 2013, p. 347).

Ao organizar e preservar documentos, os arquivos reconhecem a produção de conhecimento de diferentes grupos sociais. O reconhecimento de saberes tem sido uma pauta requerida por grupos invisibilizados e a discussão ocorre a partir da concepção de epistemicídio, que de acordo com Carneiro (2005, p. 96) é um "[...] dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e [...] de seus membros como sujeitos do

conhecimento". A subjugação de saberes resulta de processos onde determinados grupos se sobrepõem diante de outros. Essa conduta pode ser identificada como uma das consequências da colonização brasileira quando saberes produzidos por pessoas indígenas e negras foram censurados, descredibilizados e silenciados.

Ao refletir sobre os impactos do colonialismo na produção de conhecimentos no âmbito da Ciência da Informação, o estudo de Alves e Cortês (2023, p. 2) evidencia que "As raízes do racismo e do epistemicídio estão interligadas no Brasil e fincadas em dois eventos historicamente ignominiosos: o colonialismo e a escravidão. Tanto um quanto outro contribuíram significativamente para excluir a população negra [...]". Para as referidas autorias, esses aspectos atravessam os currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da área, os acervos e os fluxos informacionais.

Para além dos conhecimentos produzidos por grupos subjulgados, seus traços culturais, práticas religiosas e celebrativas também são deslegitimados, por isso, faz-se necessário que os arquivos e seus profissionais possam ofertar ações que favoreçam a difusão das diferentes vozes de pessoas que formam a sociedade e que vislumbrem a emancipação dessas pessoas, garantindo o acesso aos dispositivos que versam sobre a memória e a identidade delas e de seus antecessores, posto que "A história brasileira remete a um contexto social e epistêmico demarcado pela colonialidade dos corpos, mentes e saberes, via processos de dominação, exploração, ausências e morte" (Silva; Garcez; Silva, 2022, p. 2). Em vista disso, refletir sobre epistemicídio na Arquivologia e na Ciência da Informação é uma possibilidade de fomentar uma (re)significação dos acervos, a partir de um olhar decolonial que vislumbre equidade epistêmica.

Muitos dos saberes da população negra foram preservados pela oralidade, que constitui um significativo dispositivo de transmissão do conhecimento e fortalecimento identitário. Bosi (1994) enfatiza a importância dos mais velhos como guardiões da história oral e mediadores do passado para as novas gerações, transmitindo experiências que fortalecem a identidade cultural e consolidam os vínculos comunitários. Por isso a relevância da oralidade para se preservar vivências e relações ancestrais de povos que foram e/ou são silenciados.

No caso do povo negro, Pereira e Aquino (2009, p. 3184) apontam a relevância das narrativas provenientes de territórios quilombolas, como recurso de:

> [...] desvendamento de riquezas e tradições adormecidas em um passado de opressão e repressão, que pode ser reconstruído e devolvido a populações que desconhecem sua própria ancestralidade, e que em volta aos estudos memorialísticos nos fascinam e encantam pela possibilidade de rememorá-las para não serem extintas.

O pensamento das autoras reitera a relevância da oralidade para acessar o passado e consolidar a memória, sobretudo em se tratando de populações que passaram/passam por violentos processos de apagamentos. Neste ponto é válido ressaltar que comunidades quilombolas são "[...] grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida" (Brasil, 2003, online). Território quilombola é constituído pela tríade espaço geográfico, população e traços culturais demarcada pelos vestígios de processos de resistência contra a opressão de grupos hegemônicos.

Em comunidades quilombolas, a relação entre memória e identidade é particularmente significativa, pois a preservação da memória se torna um mecanismo de resistência cultural, permitindo que saberes, práticas e valores ancestrais sejam transmitidos às novas gerações, se configurando como uma instância de fortalecimento da identidade da comunidade.

Rememorar é também um ato de evocação das instâncias que conferem pertencimento identitário, de delineamento de tradições e vínculos comunitários, servindo como instrumento de coesão social, uma vez que "[...] é a memória, faculdade primeira, que alimenta a identidade" (Candau, 2016, p. 16).

A memória não se limita a preservar o passado, mas em alguns casos ela constitui um recurso estratégico para enfrentar desafios e fortalecer a coesão comunitária; garante que as tradições, saberes e valores das comunidades quilombolas sejam perpetuados, reafirmando a identidade coletiva e permitindo que as histórias dessas comunidades sejam reconhecidas e valorizadas. Nesse ínterim, memória e identidade estão profundamente interligadas, criando um processo contínuo de resistência cultural e afirmação social, portanto, é reiterado ao arquivo sua função de difusão, de maneira que suas ações fomentem processos de ampliação de saberes e de senso crítico diante dos antagonismos vivenciados pelas diferentes pessoas que formam sua comunidade usuária.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa, derivada de um Trabalho de Conclusão de Curso, se configura como descritiva e documental, uma vez que buscou a descrição das características de um fenômeno (Gil, 2019) e apresentação de documentos custodiados no Arquivo Municipal de Santo Amaro referentes ao Quilombo Acupe que demonstram sua correspondência com as lembranças de moradores. Além disso, adotou-se o estudo de caso, exigindo do pesquisador capacidade de observação e

moderação na generalização dos resultados, pois lida com a vida real em contexto específico (Yin, 2001).

Para tanto, no levantamento dos dados optamos pela pesquisa documental e entrevista. A primeira situação, realizada em outubro de 2025, foi conduzida a partir do levantamento dos documentos no Arquivo Público Municipal de Santo Amaro, visando identificar cartas de alforria, atas, inventários, recortes de jornais, fotografias, entre outros. Além disso, foram realizadas entrevistas com dois moradores da comunidade de forma presencial, no dia 24 de novembro de 2025, do tipo semiestruturada, contendo seis perguntas relacionadas aos aspectos de memória, tradições, fatos históricos, manifestações artísticas e vestígios documentais da comunidade Acupe. O intuito de dois entrevistados foi cruzar as informações e observar em que medida elas se entrelaçam com as informações dos documentos, a fim de complementar os dados obtidos na pesquisa documental e apontar lembranças de moradores da comunidade de Acupe que aludem a identidade e os valores culturais do grupo.

É válido destacar que ao realizar as entrevistas, os participantes foram consultados previamente sobre a anuência e, com isso, foi apresentado o roteiro de perguntas acompanhado dos termos de consentimento, obtendo a concordância dos participantes. A intencionalidade de entrevistar duas pessoas se deu por elas serem consideradas pela Comunidade de Acupe com notório saber sobre os aspectos históricos e culturais do Quilombo, portanto, amostragem por conveniência, em que o pesquisador estabelece os elementos a que tem acesso (Gil, 2019).

O Quilombo de Acupe pertencente ao município de Santo Amaro da Purificação, situado na região do Recôncavo Baiano, aproximadamente 78 quilômetros da Capital Salvador. O distrito localiza-se próximo ao litoral, em uma área marcada por extensos manguezais, rios e solos produtivos, o que historicamente influenciou a formação social, econômica e cultural da comunidade (Alves, 2016; Cruz, 2019). Acupe fica a cerca de 16 quilômetros da sede municipal de Santo Amaro, apresenta uma população estimada em quase 8.000 habitantes (IBGE, 2010), e integra o conjunto de comunidades reconhecidas pela relevância histórica no período colonial, posto que o Recôncavo é um território atravessado pela resistência e preservação da cultura afro-brasileira. Como afirma Reis (1992), o Recôncavo Baiano foi palco de rebeliões de pessoas escravizadas na primeira metade do século XIX, motivadas pela expansão da economia em razão da produção de açúcar para exportação e importação em grande escala de escravizados vindos da África.

A coleta de dados foi iniciada no Arquivo Público Municipal José Gabriel Calmon da Costa Pinto (APMSA), conhecido como Arquivo Público de Santo Amaro, que está localizado na Rua da

Purificação, n. 34, Centro, Santo Amaro, Bahia. Criado pela Lei n.º 1134/1993, a Instituição é vinculada à Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Santo Amaro, e é responsável pelo acervo dos poderes executivo, legislativo e judiciário, bem como arquivos notariais e segmentos diversos (dossiês referentes a plantas de engenhos, fotografias de sobrados, incêndio no Mercado de Santo Amaro, entre outros). (Arquivo Público Municipal de Santo Amaro, 2026[?], online).

A interpretação e análise dos dados foram pautadas na abordagem qualitativa, uma vez que se buscou refletir sobre informações a partir da subjetividade dos valores simbólicos incutidos nelas. Esse tipo de abordagem subsidia a compreensão dos significados que atravessam os dados coletados, posto que para Minayo (2001, p. 22), a pesquisa qualitativa "[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes" dos sujeitos sociais, o que a torna uma abordagem adequada para analisar documentos e conteúdos das entrevistas que carregam elementos históricos, culturais e identitários da população de Acupe. As reflexões acerca dos dados coletados foram fundamentadas no referencial teórico desta pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na busca por documentos referentes a Acupe, foram identificados poucos itens, sendo três livros e quatro cartas de alforria. Essa limitação pode estar relacionada com a ausência dos instrumentos de pesquisa arquivísticos. Vale destacar que a recuperação dos documentos só foi possível com o auxílio de uma pessoa que atua no Arquivo que informou sobre a ausência de arquivistas na instituição e a falta de tratamento documental. Sabemos que os arquivos dentro de suas funções devem realizar a organização, preservação e a difusão dos documentos, em se tratando de acervos considerados de "valor permanente" (Bellotto, 1991), essas ações são indispensáveis. A ausência de arquivista na instituição torna o cenário ainda mais problemático.

Os livros apresentados nesta análise foram considerados pelas informações que delineiam a história e a cultura de Acupe, mas também pela ausência de tipologias (atas, certidões, declarações etc.) e/ou outros gêneros documentais (cartográficos, iconográficos, musicográficos etc.). A partir disso podemos inferir que o Arquivo Municipal de Santo Amaro precisa cumprir sua função de lugar de memória, pois de acordo com o entendimento de Nora (1993), a memória se consolida em espaços que preservam a história de um povo, contribuindo para coesão e continuidade social.

Além disso, é interessante observar que a memória é uma instância primordial no funcionamento das instituições, contudo, esses ambientes retêm apenas as informações que interessam ao seu funcionamento, conforme defende Thiesen (2013). Nesse sentido, a limitada produção documental sobre Acupe demonstra as formas de silenciamento no Arquivo.

Dentre os livros, foi identificado o "Memórias e Narrativas de Acupe de Santo Amaro: cultura de resistência num recôncavo da Bahia", de Joice Lorena do Sacramento Alves, apresentado na Figura 1. Apresenta a história, as memórias e as manifestações culturais da comunidade de Acupe, destacando principalmente a festa popular das Caretas, uma tradição que simboliza resistência, identidade e continuidade cultural.

Figura 1 - Capa do Livro Memórias e Narrativas de Acupe de Santo Amaro (2016)

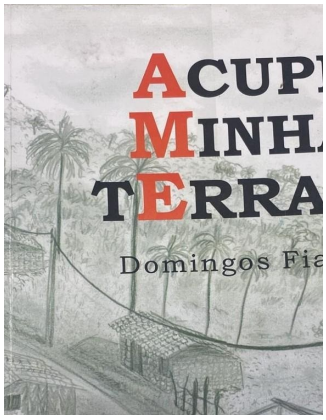
Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Santo Amaro (2025)

Nesta obra, a autora investiga a origem e o significado das Caretas, manifestação que tem raízes nas experiências de pessoas negras escravizadas e libertas que utilizavam máscaras e fantasias como forma de expressão, celebração e resistência no período pós-escravidão. A narrativa evidencia como essa prática popular se transformou em um símbolo de identidade comunitária, preservando lembranças de luta, ancestralidade e pertencimento. A autora destaca que, embora a tradição tenha passado por transformações ao longo do tempo, o povo de Acupe continua a recriar e manter viva essa manifestação cultural, reafirmando sua história e sua resistência no Recôncavo Baiano. Na ocasião da coleta de dados, a pretensão era acessar outros documentos, tais como fotografias, *folders*, jornais, ofícios etc., que registram a festa das Caretas, mas nenhum documento foi recuperado no Arquivo. Isso reforça indícios de silenciamento da cultura do povo negro na Instituição analisada, pois, como afirma Marteleto (2002), os arquivos impõem uma representação do poder por meio de informações e legitimação de bens simbólicos ou culturais.

Um arquivo municipal em uma região marcada pela expressiva presença de população negra tem o potencial de salvaguardar significativos documentos que versem sobre saberes e traços culturais desse povo. Ao não possuir arquivistas em seu quadro de funcionário e nem viabilizar acesso a possíveis fundos e/ou conjuntos documentais provenientes do povo de Acupe, o Arquivo Municipal de Santo Amaro - em certa medida - contribui para o epistemicídio dos saberes da população negra, como entendido por Carneiro (2005). Como forma de confrontar as situações de silenciamento, destaca-se a abertura dos arquivos para a sociedade e a difusão do manancial de conhecimentos pertencentes às comunidades visando a valorização da história das pessoas que compõem a comunidade usuária, como proposto por Varela e Barbora (2013).

As três obras bibliográficas recuperadas na pesquisa versam sobre as manifestações culturais de Acupe e podem representar a função arquivística de difusão. Entretanto, os aspectos de proveniência e a organicidade das fontes primárias utilizadas na elaboração das obras não foram mencionadas e nem passíveis de recuperação. Os outros dois livros acessados foram “Acupe, Minha Terra” e “Acupe em citações” de Domingos Fiaz, que apresentam aspectos históricos e afetivos da comunidade de Acupe. O livro “Acupe, Minha Terra” (Figura 2) trata da história, cultura e vivências da comunidade. O autor toma como base relatos de moradores que revelam tanto os desafios quanto as riquezas deste território marcado por ancestralidades quilombolas, pelo manguezal, pela pesca, pelo marisco e por um cotidiano pautado na terra e no mar.

Figura 2 - Capa do Livro Acupe, Minha Terra (2012)



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Santo Amaro (2025)

Entre os temas centrais, é destacada a origem do lugar desde os tempos de engenhos e fazendas, passando pela escravidão e pelas transformações econômicas até os dias atuais. O autor valoriza o uso da oralidade, das tradições, dos “causos” contados pelos mais velhos, dos ofícios ligados à maré e ao mangue, e da forte presença do coletivo na construção da identidade local.

Isso indica que as tradições de Acupe têm sido preservadas pela oralidade, o que se aproxima do pensamento de Pereira e Aquino (2009) ao expressarem a relevância das narrativas provenientes de territórios quilombolas, como recurso de desvendamento de tradições para não serem extintas.

No livro “Acupe em Citações”, ilustrado na Figura 3, Domingos Fiaz apresenta um panorama da história, das tradições culturais e das lutas sociais do povo acupense. Entre os temas abordados, são destacadas a luta pela emancipação do distrito, as manifestações culturais como as Caretas e os desafios enfrentados pela comunidade, como a ocorrência da maré vermelha, que contaminou os peixes e trouxe dificuldades econômicas e alimentares.

As informações desses livros podem levar as pessoas pertencentes a esse território acionarem lembranças e sentimentos de pertencimento, como também conhecer fatos históricos e as transformações ao longo dos anos e, com isso, compreender a história do povo acupense e a importância de preservar e difundir a memória dos ancestrais.

Figura 3 - Capa do Livro Acupe, em Citações (2012)

Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Santo Amaro (2025)

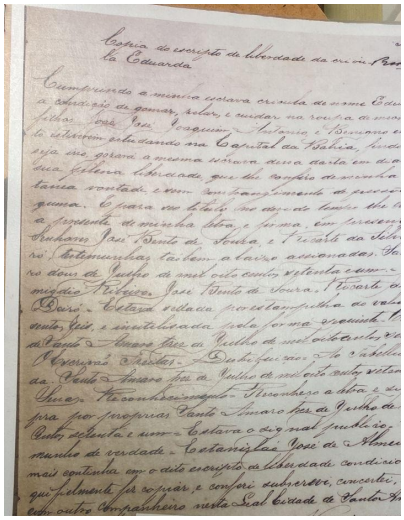
As obras bibliográficas aqui apresentadas são de extrema relevância para preservação e difusão da história de Acupe. Contudo, reforçamos a necessidade do Arquivo Municipal de Santo Amaro exercer sua função ao preservar e difundir diversificados itens documentais provenientes das manifestações culturais performadas no território de Acupe. Conforme defende Cook (2011), somos aquilo que guardamos, no sentido de enfatizar que os documentos acumulados nos arquivos são representações daquilo que somos. Portanto, o Arquivo analisado nesta pesquisa não tem alcançado sua função de acumular e difundir documentações dos diferentes grupos sociais que formam sua comunidade usuária.

Além dos três livros, foram identificadas quatro cartas de alforria, documento textual que apresenta o princípio da unicidade. Cabe ressaltar que a ausência de tratamento técnico impacta

na identificação dos vínculos arquivísticos, bem como o princípio da proveniência. Apesar das informações registradas em três cartas não expressarem explicitamente proveniência advinda do território que hoje é denominado Acupe, compreendemos que o teor informacional desses documentos revela práticas socioculturais performadas na totalidade do espaço geográfico do Recôncavo Baiano, em vista disso, as quatro cartas foram consideradas nesta pesquisa.

A Figura 4 apresenta a cópia da carta de alforria da pessoa escravizada chamada Eduarda, datada de 2 de julho de 1871. Nesse documento, a liberdade é concedida à Eduarda com a justificativa do seu bom desempenho nas funções domésticas. Este registro evidencia relações de trabalho e hierarquia social estabelecidos no regime escravocrata.

Figura 4 - Carta de alforria de Eduarda[1]



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Santo Amaro (2025)

Documentos como esse permitem compreender aspectos legais, culturais e históricos de povos quilombolas, posto que essas populações possuem relações territoriais específicas e resistem à "opressão histórica sofrida" (Brasil, 2003) por seus ancestrais. Ao refletir sobre esse entendimento e constatar o teor informacional da Figura 4, podemos inferir que os arquivos refletem as práticas e funções exercidas por seus produtores que, no caso brasileiro, os acervos retratam vestígios do processo colonizador e do imperialismo do grupo hegemônico, reforçando o pensamento de Thiesen (2013) ao afirmar que através da memória que as instituições se reproduzem.

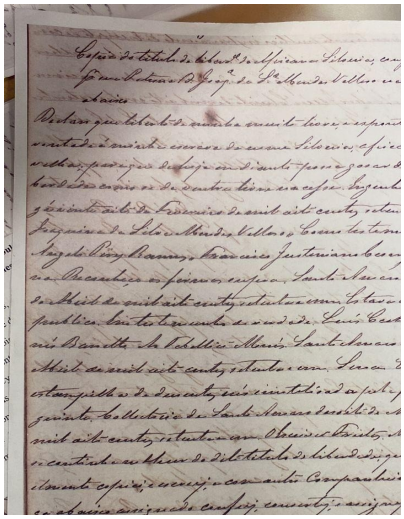
Outro documento identificado no arquivo foi a cópia do título de liberdade da africana Libânia (Figura 5) concedido por sua patroa Joaquina da Silva Mendes Veloso, em 28 de fevereiro

[1] A baixa qualidade da imagem decorre da limitação de recursos tecnológicos disponibilizados na coleta de dados.

de 1871, e posteriormente registrada em Santo Amaro, em 18 de abril do mesmo ano. A condição de idade avançada atribuída a Libânia indica que sua libertação pode ter ocorrido em função da velhice, uma prática relativamente comum no século XIX, quando os senhores concediam liberdade a pessoas idosas após longos anos de serviço, muitas vezes sem oferecer meios de subsistência. Desse modo, o documento expressa a vulnerabilidade social enfrentada por pessoas negras libertas.

A carta de liberdade de Libânia foi registrada em Santo Amaro em 1871, tendo sido concedida no Engenho (de nome ilegível), localizado possivelmente nas imediações do atual distrito de Acupe, pois muitos engenhos situados na zona rural de Santo Amaro estavam justamente nas proximidades ou dentro da área que hoje reconhecemos como Acupe.

Figura 5 - Carta de alforria de Libânia



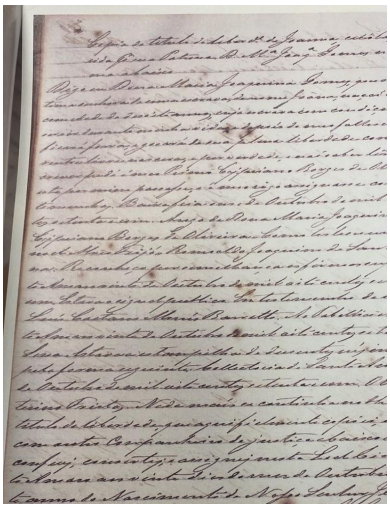
Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Santo Amaro (2025).

Assim como em outras alforrias do período, observamos as dinâmicas sociais do Recôncavo Baiano, onde pessoas negras, mesmo libertas, continuavam a enfrentar condições de vulnerabilidade, posto que as pessoas escravizadas quando libertas, em sua grande maioria, eram abandonadas, não tinham moradia, nem emprego, nem alimento, entre outras essencialidades para o viver, sem perspectiva de reparação e equidade social. A menção ao engenho e ao registro em Santo Amaro evidencia a integração entre esses espaços, reforçando o pertencimento histórico de Acupe ao território e à realidade escravista do município. Esta análise do acervo do Arquivo Municipal de Santo Amaro reforça o pensamento de Silva, Garcez e Silva (2022) quando discutem o epistemicídio como uma estratégia de colonialidade dos saberes, via processos de exploração e morte. Essas cartas reforçam que além do Arquivo em questão não possuir fundos e/ou conjuntos

documentais que versem sobre os saberes e cultura de Acupe, possuem documentos que comprovam os violentos processos de exploração vivenciados pela população negra no período escravagista.

A carta apresentada na Figura 6 trata-se de uma cópia do título de liberdade concedido à escravizada Joanna, de nação crioula, com dezoito anos de idade, por Dona Maria Joaquina Gomes, em 11 de outubro de 1871, no local denominado Baixa Fria, pertencente ao município de Santo Amaro. No documento, a "senhora" declara libertar a escrava após sua morte, permitindo que Joanna "goze de sua plena liberdade como se de ventre livre nascera".

Figura 6 - Carta de alforria de Joana



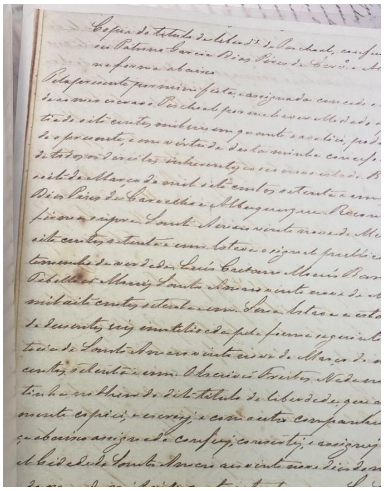
Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Santo Amaro (2025).

No contexto histórico de Acupe e do Recôncavo Baiano, a carta de alforria de Joanna reflete as relações sociais e econômicas características do período final da escravidão no século XIX. A prática da alforria condicional revelava tanto um gesto de aparente benevolência por parte dos senhores quanto uma estratégia de manutenção do controle sobre o trabalho das pessoas escravizadas até o fim da vida do proprietário. Assim, o documento formaliza um ato jurídico, bem como guarda vestígios das dinâmicas de poder e sobrevivência que permeavam as experiências das pessoas escravizadas e libertas na região.

Na Figura 7, a carta de liberdade de Paschoal, datada de 8 de março de 1871, apresenta uma dinâmica distinta daquela observada no documento de Joanna. Nesse caso, a alforria é condicional mediante pagamento, uma prática recorrente no período, em que pessoas escravizadas conseguiam comprar sua própria liberdade através da acumulação de recursos obtidos em atividades paralelas ou com o auxílio de redes de solidariedade. Ao contrário da carta de Joanna,

na qual a liberdade seria concedida apenas após a morte da “senhora”, Paschoal obteve imediata emancipação, passando a “gozar de todos os direitos inerentes ao seu novo estado”. Esse contraste revela a diversidade das experiências de alforria e as diferentes formas pelas quais a população negra do Recôncavo baiano alcançava sua liberdade.

Figura 7 - Carta de liberdade de Paschoal



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Santo Amaro (2025).

Em um contexto mais amplo, esse tipo de documento reforça como Acupe e Santo Amaro foram espaços marcados pela escravidão e, também, por processos de libertação e reconfiguração social, nos quais pessoas negras buscavam reconstruir suas vidas e identidades em meio às contradições do sistema escravista. Registros dessa natureza são relevantes para que esse passado possa ser acessado com criticidade e, assim, o presente possa ser pautado em justiça social vislumbrando um futuro com equidade para todas as pessoas. Dessa maneira, reforçamos que os arquivos que possuem documentação de valor permanente são relevantes fontes de pesquisa capazes de fomentar a evocação do passado através dos registros documentais.

Para complementar os dados analisados, foram realizadas entrevistas com moradores de Acupe para observar se ocorre o entrelaçamento das memórias dessas pessoas com os documentos identificados no Arquivo Público de Santo Amaro, pois como afirma Bosi (1994), é preciso considerar os guardiões da história oral e reconhecê-los como mediadores do passado, quando compartilham suas experiências de maneira a fortalecer a identidade cultural e consolidar os vínculos comunitários.

Inicialmente foi realizada a entrevista com o morador Domingos Fiaz, autor de dois livros citados nesta seção. Domingos Fiaz relatou que nasceu em Acupe, e considera esse lugar como o

espaço onde cresceu e construiu sua vida. Ao longo da vida, tornou-se professor e historiador, tendo publicado livros importantes para a cultura e memória local. Descreveu sua infância como a de um menino comum da região que andava descalço, jogava bola, tomava banho na maré e corria das Caretas, que segundo ele, é uma tradição local que rememora o tempo em que pessoas escravizadas passaram a criar máscaras para períodos carnavalescos confrontando os modelos europeus.

Em seguida buscamos levantar lembranças significativas sobre a história e as tradições da comunidade. Domingos Fiaz afirmou que sua memória mais forte está ligada à diversidade cultural presente em Acupe. Segundo ele, as manifestações culturais são fundamentais para a preservação da identidade local. Entre essas expressões, destacou: Bombachos, Mandú, Caretas, Nego Fugido e Capoeira. As lembranças do entrevistado são carregadas de referenciais de memória, uma vez que esta instância se ancora em símbolos e tradições que preservam a história de um povo, a exemplo do teatro que performa o Nego Fugido ao rememorar a luta pela liberdade do povo negro na região, como ilustra a Figura 8.

Figura 8 - Encenação do Nego Fugido em Acupe

Fonte: https://acupesantoamaro-com-br.webnode.page/nossos-vinhos/

Na sequência, foram feitas duas perguntas articuladas sobre quais práticas culturais ou costumes antigos ainda são preservados em Acupe e de que forma a comunidade mantém viva a memória dos antepassados. Domingos Fiaz reforçou que são justamente essas manifestações culturais que preservam a memória e fortalecem a identidade acupense. Contou que, desde sua juventude, essas tradições já eram valorizadas, e que hoje continuam crescendo; enfatizou especialmente o Nego Fugido, que se entrelaça com a história da população de Acupe.

O entrevistado explicou que o personagem do Nego Fugido representa uma pessoa escravizada em busca de liberdade. Sua fuga simboliza não apenas a tentativa física de escapar da opressão, mas o rompimento com um sistema que desumanizou pessoas negras por séculos. O

fato de o personagem correr, esconder-se e retornar durante o cortejo representa um renascimento simbólico, marcado pelo medo da captura e, ao mesmo tempo, pela coragem da resistência. Essa tradição reafirma a presença histórica da população negra e sua contribuição para a formação cultural do Recôncavo, funcionando como uma forma de declarar que, apesar do sofrimento imposto pela escravidão, a comunidade mantém vivas suas narrativas e ancestralidades. Esses elementos confirmam o pensamento de Pollak (1992), de que a memória coletiva é influenciada por interesses sociais e construída continuamente. Segundo Domingos Fiaz, é assim que a comunidade mantém viva a memória dos antepassados, especialmente nas apresentações que acontecem todos os anos, aos domingos, de 2 de julho até o segundo domingo de agosto.

Ao cruzar os aspectos narrados por Domingos Fiaz com os documentos apresentados anteriormente, podemos afirmar que a memória do entrevistado sobre a tradição do Nego Fugido se entrelaça com informações reveladas nas cartas de alforria que demarca o período em que a população negra foi fortemente explorada, como também reiteram as narrativas apresentadas por ele nos seus livros que foram recuperados na consulta ao Arquivo Municipal de Santo Amaro.

Buscamos ainda indagar a visão do entrevistado quanto ao Arquivo Municipal de Santo Amaro, questionando se tal acervo tem contribuído para preservar a memória e a identidade da comunidade. Ele afirmou que, embora os documentos existentes sejam importantes, não são suficientes, pois Acupe é uma comunidade extremamente rica em memórias e histórias que não estão registradas no Arquivo.

Quando questionado sobre o que considera importante de ser lembrado e registrado para as futuras gerações de Acupe, Domingos Fiaz respondeu que o principal é não deixar a cultura “morrer”, especialmente o Nego Fugido. Ressaltou que Acupe não pode esquecer sua história, seus antepassados e os antigos engenhos. Apesar de algumas dúvidas relacionadas à falta de demarcações territoriais, afirmou que a cultura acupense sempre será lembrada, pois as crianças já crescem correndo das “caretas” e dos “negros fugidos”, mantendo a tradição viva e presente no cotidiano da comunidade.

A outra pessoa entrevistada nesta pesquisa foi Agnaldo de Oliveira Barreto, conhecido na comunidade de Acupe como “o historiador de Acupe”, devido ao seu trabalho contínuo de preservação da memória local. Inicialmente Agnaldo Barreto versou sobre sua relação com Acupe, citou que participou ativamente de festas, manifestações culturais, inaugurações e diversos eventos ao longo da vida. Segundo ele, seu papel de “historiador de Acupe” surgiu naturalmente, a

partir do interesse em registrar e conservar a memória, os costumes, as lendas e as tradições performadas pelos mais velhos.

Quando indagado sobre as lembranças significativas sobre as tradições e a história de Acupe, Agnaldo Barreto também destacou práticas culturais do Nego Fugido, As Caretas e o samba de roda. Ele também mencionou narrativas populares, como a história do "Contador de Cocos". Segundo essa tradição oral, pescadores que navegavam à meia-noite próximo às ruínas do antigo engenho Acupe Velho ouviam uma voz misteriosa contando cocos incessantemente. Um pescador, ao tentar descobrir a origem da voz, retornou apavorado afirmando ter visto o fantasma do barão condenado eternamente a contar os cocos da fazenda, uma maldição que, segundo a lenda, teria sido lançada pelos próprios escravizados como vingança pela crueldade sofrida.

Agnaldo Barreto acrescentou ainda que no Morro de Acupe antigos moradores contavam sobre o espírito de um guerreiro tupi chamado Namba (Tupiassu), considerado protetor da comunidade. Inclusive, até hoje existe um terreiro que realiza festa em homenagem a esse espírito. Podemos inferir que narrativas de contos e causos sobrenaturais estão no imaginário de moradores do território de Acupe e ganham sentido no senso comum quando são correlacionadas ao passado marcado pela violência sofrida pela população negra e indígena. Entendemos que rememorar é a instância primeira para o acionamento de memórias que se entrecruzam com os aspectos do presente e alimentam a identidade de um povo (Candau, 2016).

Ao ser questionado sobre a atuação do Arquivo Público Municipal de Santo Amaro na preservação e difusão da memória de Acupe, Agnaldo Barreto afirmou que o referido Arquivo tem poucos registros sobre o Acupe, que muitas das informações que ele acessou foram recuperadas em arquivos de Salvador. Isso confirma o resultado da pesquisa documental evidenciado nesta pesquisa, em que há uma carência de documentos que façam alusão ao território e povo acupense.

Ele relatou que descobriu, por exemplo, um livro que mencionava Acupe como um dos povoados mais antigos da região, originalmente uma aldeia indígena tupinambá. Antes da chegada dos colonizadores europeus, a região era habitada por indígenas; depois, com a instalação dos engenhos São Gonçalo, Murundu e Acupe, foram trazidos africanos escravizados para trabalhar na produção de açúcar. Após a abolição e com a fuga de muitos negros, formou-se o que hoje é reconhecido como uma comunidade com características quilombolas, composta por descendentes de indígenas e africanos.

Agnaldo Barreto possui também um documento raro de compra e venda do antigo Engenho Acupe, de 1908, que não consta no Arquivo Público Municipal de Santo Amaro, algo que o

preocupa, pois acredita que a cidade deveria preservar muito mais documentos relevantes sobre Acupe. Na ocasião das entrevistas tentamos acessar documentos que os participantes possuem, contudo, apesar deles citarem sobre a existência, relataram que estavam emprestados a outras pessoas pesquisadoras e, considerando o prazo de conclusão deste estudo, não foi possível aguardar o retorno.

Agnaldo Barreto afirmou ainda que possui jornais e registros que citam os três primeiros portugueses que habitaram Acupe, informações também ausentes no Arquivo Municipal de Santo Amaro. Na ocasião da entrevista, Agnaldo Barreto enfatizou que para garantir a preservação da memória e identidade do povo acupense é importante transmitir às gerações futuras os valores simbólicos compartilhados na comunidade, as tradições culturais e as memórias dos antepassados. Isso nos faz retomar o pensamento de Candau (2016), ao afirmar que a memória alimenta a identidade.

Diante do exposto, entendemos que no Quilombo Acupe, a memória coletiva reflete um passado de luta e resiliência, evidenciado tanto nos relatos orais quanto nos registros documentais. Esse recurso atua como um fio condutor que conecta gerações, assegurando a continuidade da identidade cultural e reforçando o sentimento de pertencimento ao território e à comunidade. Ao relacionar as memórias dos entrevistados com os documentos recuperados no Arquivo, foi possível constatar um entrelaçamento que reforça as marcas e vivências da população negra do Recôncavo Baiano. Contudo, reiteramos que a escassez de documentos que versam sobre Acupe no Arquivo Municipal de Santo Amaro, indica que esta instituição não tem fomentado processos de “aquilombamento”, termo discutido por Nascimento (1980), como prática coletiva de resistência e fortalecimento identitário do povo negro. Portanto, o Arquivo analisado reforça meios de silenciar os saberes e cultura do povo negro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados possibilitaram a reflexão do arquivo frente ao epistemicídio da pessoa negra, a partir de documentos custodiados no Arquivo Municipal de Santo Amaro/BA e das lembranças de moradores. Constata-se que, mesmo com a institucionalização do Arquivo em 1993, o acervo que abrange aproximadamente dois séculos ainda carece de tratamento arquivístico, seja na identificação documental quanto na descrição e difusão, funções arquivísticas a serem executadas pelo profissional arquivista.

A partir da coleta de dados, foram localizados três livros e quatro cartas de alforria, documentos custodiados no Arquivo Municipal de Santo Amaro que fazem referência ao Quilombo de Acupe. Nos livros, foi observado o expressivo registro das manifestações culturais de Acupe, já nas cartas de alforria (datadas do ano 1871), em nenhuma delas conseguimos precisar que teriam relação direta com o território que atualmente é Acupe. Entretanto, surge o questionamento sobre o porquê de ter apenas cartas do ano de 1871. Pode ocorrer a inferência de que o período mencionado tenha relação com as manifestações abolicionistas para a promulgação da Lei do Ventre Livre, promulgada em 28 de setembro de 1871.

Sobre os traços de memória e identidade do Quilombo Acupe materializados nos documentos e nas lembranças dos moradores, as entrevistas revelaram uma riqueza de memórias, tradições culturais e histórias transmitidas oralmente. As narrativas de Domingos Fiaz e Agnaldo de Oliveira Barreto evidenciaram que a identidade acupense está fortemente enraizada em práticas culturais, como o Nego Fugido, As Caretas, o Samba de Roda e outras manifestações tradicionais que, há gerações, reafirmam o pertencimento e preservam a ancestralidade da comunidade quilombola e que estão registradas nos livros analisados, sendo que dois dos três livros são de autoria de um dos entrevistados, Domingos Fiaz.

Ao confrontar os documentos localizados com os relatos orais, percebemos uma lacuna existente no acervo institucional, na qual reforça o ponto de vista de Thiesen (2013) ao declarar que o uso do esquecimento em termos institucionais nem sempre é inocente. A memória oral preenche ausências, amplia interpretações e traz à tona aspectos da história de Acupe que ainda não foram registrados oficialmente, reforçando a importância dos moradores como guardiões da memória coletiva. A pesquisa também evidencia a necessidade urgente de investimentos na estrutura do Arquivo Municipal de Santo Amaro, especialmente no que diz respeito ao tratamento técnico do acervo, implantação de sistemas que facilitem o acesso à informação e contratação de profissionais arquivistas.

Diante do exposto, entendemos que a comunidade de Acupe tem produzido documentos provenientes de suas práticas culturais, religiosas, musicais, contudo não foram recuperados itens como fotografias, *folders*, jornais, ofícios, canções etc., documentos que possivelmente retratam as diversificadas atividades da comunidade. Ao analisar os documentos custodiados no Arquivo, a partir da concepção de epistemicídio e confrontá-los às lembranças de moradores, constatamos um silenciamento sobre a população quilombola no Arquivo, visto que não foi possível identificar nenhum fundo e/ou conjunto documental proveniente do território de Acupe. Esses aspectos

indicam o silenciamento dos conhecimentos e traços socioculturais da população quilombola, o que podemos inferir que há indícios de um epistemicídio desses saberes no Arquivo analisado.

Nessa conjuntura, constatamos que a oralidade neste contexto é um meio significativo para o enfrentamento do epistemicídio. Os dados da pesquisa revelaram que a memória e a identidade do Quilombo Acupe têm sido sustentadas pela articulação entre tradição oral e as manifestações culturais que a própria população tem preservado ao longo do tempo e alguns escritores locais têm buscado registrar essas informações em livros, o que expressa resistência, continuidade histórica e valorização da ancestralidade. Portanto, sugerimos a importância dos arquivos contratarem arquivistas; efetuarem o tratamento dos acervos; levantarem com as pessoas quilombolas documentações que façam alusão a história e a cultura de seu povo; realizarem ações culturais e educativas que contemplem os traços identitários da população negra.

REFERÊNCIAS

ALVES, Felipe Arthur Cordeiro; CÔRTES, Gisele Rocha. Raízes do epistemicídio negro: análise da produção científica do ENANCIB (1994-2019). **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, e-124693, 2023.

ALVES, Joyce Lorena do Sacramento. **Memórias e narrativas de resistência num Recôncavo da Bahia**: As Caretas de Acupe – Santo Amaro. Redenção: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), 2016.

ARQUIVO Público Municipal de Santo Amaro. [página institucional online], 2026[?]. Disponível em: https://arquivopublicosantoamaroba.wordpress.com/ Acesso em: 10 mar. 2026.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, p.1-5, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm Acesso em: 10 dez. 2025.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em educação) – Universidade de São Paulo, 2005.

COOK, Terry. We Are What We Keep; We Keep What We Are: Archival Appraisal Past, Present and Future. **Journal of the Society of Archivists**, v. 32, n. 2, p. 173-189, 2011.

CRUZ, Paulo. **Acupe, Terra Quente**. Direção de Jorge Alfredo. Produção de Paulo Cruz. [S. l.]: Produções Artísticas Independentes, 2019. 1 vídeo (52 min), son., color.

FIAZ, Domingos. **Acupe, em citações**. Santo Amaro da Purificação: Editora Salesiano, 2012.

FIAZ, Domingos. **Acupe, minha terra**. Santo Amaro da Purificação: Editora Salesiano, 2012.
GIL, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2022**. Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas em 1.696 municípios. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de noticias/noticias/37464-brasil-tem-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-696-municipios Acesso em: 05 dez. 2025.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

MARTELETO, Regina Maria. Conhecimento e sociedade: pressupostos da Antropologia da Informação. In: AQUINO, Miriam. (Org.) **Campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PEREIRA, Cleyciane Cássia; AQUINO, Mirian Albuquerque. Mitos da cultura africana: elementos de informação e preservação da memória na comunidade quilombola alcantarense de Itamatatiua. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Anais**, Brasília, out, 2011.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

REIS, João José. Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 15, 1992, p. 100-126.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; SILVA, Rubens Alves da. Conhecimento das margens: da injustiça epistêmica à valorização do conhecimento negro em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 1-19, 2022.

THIESEN, Icléia. **Memória Institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB: 2013.

VARELA, Aida; BARBOSA, Marilene Abreu. Bibliotecas, arquivos e museus: agentes de universalização do conhecimento. In: Duarte, Zeny (Org.). **Arquivos, bibliotecas e museus**: realidades de Portugal e Brasil. Salvador: Edufba, 2013. p. 339 - 374.

YIN, Robert. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

NOTAS DE AUTORIA

Rebeca Jesus da Conceição
Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal da Bahia.
Ana Claudia Medeiros de Sousa
Professora Adjunto do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba nos Cursos de Arquivologia e Biblioteconomia. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba.
http://lattes.cnpq.br/7692330654655603
Maíra Salles de Souza
Professora Adjunto do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia. Graduada em Arquivologia e Doutora em Ciência da Informação pela referida Universidade.
http://lattes.cnpq.br/8717500482425357